

# Contraponto



Jornal do Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro – Março de 2015 – Nº 73 – Ano 9  
Av. Presidente Vargas, 509/1º andar – Centro – Rio de Janeiro  
CEP 20071-003 – (21) 2215.2443



## Vitória: PL 7920 é aprovado na Câmara

Páginas 6 e 7



### Leia Mais

Assembleia aprova contas de 2014 e orçamento de 2015

Página 4

DAP: luta permanente de integração de aposentados e pensionistas

Página 5

Não há impedimento para quitação de passivos do re-enquadramento

Página 8

Isonomia de chefes de cartório é aprovada na CCJ

Página 11

Uma vida dividida entre a Justiça e a Arte

Página 12

## Editorial

## Reposição salarial, o centro da ação do Sisejufe

Nesse primeiro semestre de 2015, mantendo uma atitude proativa e protagonista, assim como o investimento nas ações conjuntas e nas articulações para a aprovação do PL 7920/2014, encaminhado que foi, em 2014, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), após uma acertada estratégia de campanha salarial apresentada pelo Sisejufe naquele ano, antecedido de mobilização permanente dos servidores do Judiciário Federal no Rio, elaborando e apresentando estudos de viabilidade orçamentária para a implantação do PL 6613/09, a Direção do Sisejufe afirmou, e firmou, a sua vocação e convicção na e para a luta, que teve como central a reposição salarial da categoria judiciária.

Os estudos técnicos e orçamentários produzidos pelo sindicato para a aprovação do PL 6613/09 instrumentalizaram a luta da categoria e se transformaram na proposta de reposição do PL 7920/14 que chegou ao Congresso Nacional. A luta da categoria e o protagonismo do Sisejufe continuaram no Congresso Nacional e o PL 7920/14 tramitou na Câmara com a aprovação em duas comissões estratégicas que são a Comissão de Trabalho, de

Administração e Serviço Público (CTASP) e a Comissão de Finanças e Tributação (CFT) apesar da política de contingenciamento do governo federal com o fato de cortar do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2015 os recursos previstos para implantação do projeto de lei previsto pelo Poder Judiciário em sua proposta orçamentária.

O projeto tramitou e aguardou sua votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) - julgadora de mérito - e, dia 25 de março teve a sua finalização na Câmara dos Deputados, o que denotou uma importante vitória do movimento organizado dos judiciários federais.

A aprovação na CCJC, sem alterações, levará o projeto para a sua última etapa no Congresso Nacional que é a análise na CCJC do Senado Federal. A expectativa é que a proposta seja aprovada sem alterações para evitar que o projeto seja levado ao plenário da Câmara. Sendo aprovada sem alterações na Câmara e no Congresso, os servidores poderão receber na implantação da lei: a parcela retroativa de 2015, junto com as parcelas de 2016.

É importante destacar que a culminante aprovação na CCJC

## Netto



foi o resultado desse protagonismo do Sisejufe, aliado às ações do Sindjus/DF, com a interferência proativa na escolha dos deputados relatores tanto na CFT quanto na CCJC que fossem comprometidos com o mérito do projeto; de intensa

articulação no Congresso Nacional; interlocuções com lideranças dos diversos partidos, finalizando com a aprovação, por unanimidade, na CCJC, do PL 7920/14.

E o Sisejufe - sua Direção e sua militância - foi um dos

fundamentais agentes desse processo que se apresenta, até aqui, vitorioso. Mas, nos próximos dias nos acabe, ainda, a permanente mobilização para evitar recuos e garantir o envio para o Senado Federal e a sua aprovação definitiva.

## Sisejufe prepara devolução aos seus filiados

Fortunato Mauro\*

Novamente, cumprindo com o compromisso assumido em campanha, a direção do Sisejufe, no que diz respeito a devolução dos valores referentes ao Imposto Sindical para os servidores sindicalizados,

cobrado compulsoriamente pelo governo federal, já está realizando os procedimentos, em colaboração com os setores de pagamento do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), da Seção Judiciária da Justiça Federal no Rio de Janeiro (SJRJ) e do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), com vistas à devolução do imposto

aos seus sindicalizados, o mais breve possível.

O Sisejufe já solicitou aos tribunais que encaminhem os arquivos contendo a relação de servidores que sofreram o desconto de um dia de trabalho a título de Imposto Sindical. Na medida em que tais arquivos chegarem, a entidade realizará procedimentos internos e uma

listagem de servidores será remetida aos tribunais para que esses possam gerar a Guia de Recolhimento da União com o devido valor correspondente à devolução.

É importante que fique claro que o Sisejufe recebe apenas o equivalente a 60% do montante arrecadado pelo governo federal e devolverá exatamente esse

percentual do que foi descontado do servidor. De acordo com a lei, a distribuição é feita da seguinte maneira: 60% para os sindicatos; 15% para as federações; 5% para confederações; 10% para centrais; e 10% para o governo.

\*Da Redação.

**Contraponto**

**SISEJUFÉ:** Filiado à FENAJUFÉ e à CUT  
**SEDE:** Av. Presidente Vargas 509/11º andar  
Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003  
**TEL./FAX:** (21) 2215-2443  
**PORTAL:** <http://sisejufe.org.br>  
**ENDEREÇO:** [imprensa@sisejufe.org.br](mailto:imprensa@sisejufe.org.br)

**DIRETORIA:** Adriana Aparecida P. Tangerino, Adriano Nunes dos Santos, Alexandre G. dos Santos, Amadenison V. Ramos, Amaro das G. Faustino, Ângelo Henrique V. da Rocha, Célia Mara L. Latini, Cláudio Vieira de Amorim, Dulavim de O. Lima Junior, Edson Mouta Vasconcelos, Eduardo Ramos de Lima e Silva, Eliana P. Campos, Fábio Filardi da Silva, Fernanda Estevão Picorelli, Fernanda Lauria, Helena Guimarães Cruz, Joel Lima de Farias, Jorge Luiz F. de Queiroz, José Fonseca dos Santos, Jovelina Alves da Silva, Leonardo M. Peres, Lucena P. Martins, Lucilene L. Araújo de Jesus, Luís Amauri P. de Souza, Marcelo Costa Neres, Mariana Ornelas de A. G. Liria, Mário César P. D. Gonçalves, Maristela de Souza Vicente, Mauro Nilson F. dos Santos, Moisés Santos Leite, Neli da Costa Rosa, Olker G. Pestana, Ricardo de A. Soares, Ricardo Quiroga Vinhas, Ricardo S. Valverde, Rinaldo de Oliveira Moraes, Ronaldo Almeida das Virgens, Sidnei Barbosa Seixas, Sonia Regina Rezende, Soraia G. Marca, Valter N. Alves, Williams F. de Alvarenga. **ASSESSORIA POLÍTICA:** Vera Miranda.  
**EDIÇÃO:** Fortunato Mauro – **REDAÇÃO:** Fortunato Mauro (MTb 20732) – Max Leone (MTb RJ/19002/JP) – Tais Faccioli (MTb 22185)

**DIAGRAMAÇÃO:** Deisedóris de Carvalho – **CONSELHO EDITORIAL:** Ricardo Quiroga Vinhas, Max Leone, Fortunato Mauro, Valter Nogueira Alves e Vera Miranda.  
**IMPRESSÃO:** Rotaplan – Gráfica e Editora Ltda.

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.

# Diretoras do Sisejufe participam de ato na Quinta da Boa Vista



Foto: Tais Faccioli

## Dia Internacional da Mulher

Tais Faccioli\*

Mulheres diretoras do Sisejufe marcam presença no evento “Mulheres: mais direitos é mais democracia”, no domingo, 8 de março, Dia Internacional da Mulher, na Quinta da Boa Vista, bairro de São Cristóvão, na Zona Norte do Rio. O encontro, organizado pelo Fórum 8 de Março, teve a participação de centrais sindicais, partidos políticos, movimentos sociais e mulheres trabalhadoras. O grupo ocupou com tendas uma área próxima ao Museu Nacional da UFRJ para passar informações ao público e apresentar trabalhos artesanais. O evento teve ainda atividades culturais e muitos discursos.

As diretoras Lucena Pacheco Martins, Adriana Tangerino, Neli da Costa Rosa e Helena Guimarães representaram o Sisejufe no evento. Lucena destacou que a busca pela igualdade de gênero é também uma das metas do Sisejufe. “Nós já saímos de casa e estamos no mundo do trabalho. Agora caminhamos em busca de uma democracia paritária, para que sejamos realmente representadas e as diferenças consideradas para a igualdade”, defendeu a dirigente sindical.

Lucena Pacheco lembra que além do país ter uma mulher na Presidência da República, há ministras, parlamentares, sindicalistas, mães, donas-de-casa e profissionais de diversas áreas, desde artesãs, médicas, engenheiras até mestre de obras. E destaca avanços como as leis Maria da Penha e a que tipifica Femicídio, recentemente sancionada pela presidente Dilma Rousseff, que se configuram como grandes conquistas das mulheres. “Ainda que o tempo na mudança das mentalidades possa ser considerado longo, somente tais transformações consolidarão o novo papel desempenhado pela mulher no mundo. Para que haja mudança de mentalidade precisamos de novos hábitos, das ações afirmativas, que a cada instante vai deslocando o pensamento e refletindo em atitudes, adequando a novo estilo de vida com sólidas alterações de comportamento, possibilitando a disseminação da participação ativa da mulher com uma jornada mais justa, com o emprego de políticas de estado que contribuam para esse enredo, como o exemplo de creches públicas em horário integral, entre outras medidas”, afirma Lucena.

A diretora acrescentou que o Sisejufe ainda não chegou ao

ideal, mas caminha nessa busca pela paridade entre homens e mulheres em sua gestão. “A atual diretoria segue esse preceito. Hoje, somos em torno de 35% de sua composição. Estamos atuando em todas as frentes, sejam nos departamentos ou núcleos que compõem a organização do sindicato. Somos vice-presidente, diretora Administrativa, coordenadora de Saúde, coordenadora de Raça e Gênero, além de participarmos dos departamentos Jurídico, de Cultura entre outros. Estamos maciçamente presentes em todas as ações, representando a categoria dos servidores do Judiciário Federal no Rio de Janeiro: participamos dos atos em Brasília, das passeatas, assembleias e mobilizações da categoria. E queremos que essa representação se amplie, aumente em número e em qualidade. Por isso conclamamos as mulheres das justiças federais que participem e integrem as ações do Sisejufe hoje, e, para que já na próxima eleição possamos ser 50% dos membros eleitos para a Diretoria do sindicato”, defendeu Lucena.

### Mulheres se destacam na luta por direitos e contra a violência

A Associação de Mulheres de Atitude e Compromisso Social (Amac), criada por moradoras

as leis Maria da Penha e a que tipifica Femicídio, recentemente sancionada pela presidente Dilma Rousseff, que se configuram como grandes conquistas das mulheres

da Baixada Fluminense vítimas de violência doméstica, expôs no evento da Quinta da Boa Vista o artesanato feito pelas integrantes do grupo. “Além das oficinas profissionalizantes, oferecemos palestras, rodas de conversa e apoio psicológico para resgatar a cidadania e tentar recolocar essas mulheres na sociedade. Levamos os trabalhos de artesanato que elas fazem para feiras em todo o Rio de Janeiro. Algumas delas tiram o

sustento da arte”, afirma Andrea Siqueira, secretária da Amac.

Para Claudia Vitalino, presidente estadual da União de Negros Pela Igualdade (Unegro), a luta mais urgente é combater o racismo no ambiente de trabalho. “O Brasil assinou a Convenção 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que condena a discriminação em matéria de emprego e profissão, e não cumpre esse compromisso”, lamenta o militante.

## Uma data para ficar na história

O Dia Internacional da Mulher, comemorado mundialmente no dia 8 de março, relembra a greve das operárias da fábrica de tecidos Cotton, de Nova York. Nesse dia, em 1857, 129 tecelãs ocuparam a fábrica reivindicando melhores salários, condições de trabalho e redução da jornada diária para 10 horas, quando os patrões exigiam 16. A manifestação foi reprimida com violência brutal. O patrão chamou a polícia, que fechou as portas da fábrica e pôs fogo no edifício. Todas morreram queimadas.

Dizem que, quando elas pararam as máquinas, estavam tecendo um tecido lilás, por isso essa cor é tão usada na luta das mulheres trabalhadoras.

\*Da Redação.

# Assembleia aprova contas de 2014 e orçamento de 2015 do Sisejufe

**Prestação de Contas** Conselho Fiscal recomenda manutenção da transparência

Tais Faccioli\*

Os servidores do Judiciário Federal do Rio de Janeiro reunidos em assembleia aprovaram, por unanimidade, dia 25 de março, a prestação de contas do Sisejufe e o orçamento para o ano de 2015. O evento, no auditório do sindicato, contou com a participação de dezenas de associados.

O primeiro a fazer esclarecimentos foi o gerente administrativo do Sisejufe, Marcelo Nobile, que discriminou, em detalhes, cada conta do ativo e do passivo, bem como as contas de receitas e despesas da entidade. Marcelo explicou que o sindicato, em cumprimento aos normativos do Ministério do Trabalho, dispõe de conta para movimentação exclusiva para gastos com a contribuição sindical. “Todo pagamento que a gente faz com recursos da contribuição sindical tem que estar apartado do movimento diário do sindicato. Diante de qualquer fiscalização do Ministério, as informações ficam mais claras e acessíveis desta forma”, ressaltou o funcionário.

Nobile disse que os gastos com passagens e hospedagens cresceram muito em 2014 em função do aumento de tarifas com o evento da Copa do



Fotos: Tais Faccioli

**Apesar da entidade ter superado as projeções de crescimento, a previsão orçamentária de 2015 é quase R\$ 200 mil menor do que a do ano passado**

Mundo, que aconteceu aqui no Brasil. Houve também despesas extras por conta das atividades de greve e eleições sindicais. Por isso, os custos foram um pouco maiores do que o que fora previsto.

O gerente também demonstrou que, nos últimos cinco anos, o número de filiados passou de 4928 para 5802, um aumento de quase 900 sindicalizados.

#### Contas passam no crivo do Conselho Fiscal

O presidente do Conselho Fiscal, João Mac-Cormick, afirmou que os saldos e balanços foram corretamente apresenta-

dos. Informou que o Conselho tinha duas recomendações a fazer. A primeira, que fosse dada continuidade à transparência dos gastos e a segunda, que as contas contábeis possam se converter em contas orçamentárias.

O servidor Abílio Neto questionou o fato de as contas do sindicato não ficarem disponíveis de forma pública. No que o presidente do Conselho Fiscal argumentou que não é recomendável publicar as contas na Internet, visto que qualquer pessoa poderia ter acesso aos valores e não apenas os sindicalizados. Mac-Cormick afirmou, ainda, que os sindicalizados podem ter acesso às contas se

vierem ao sindicato e fizerem a devida solicitação.

O presidente do Sisejufe, Valter Nogueira Alves, apontou que até 2009 a contabilidade ficava na Internet, mas depois a Fenajufe recomendou a retirada por motivo de segurança, já que o sindicato movimenta um montante anual superior a R\$ 5 milhões. Valter relatou também que o Conselho Fiscal se reúne de três em três meses e que sinaliza quando algum erro é encontrado, permitindo, assim, a correção imediata do mesmo.

#### Expectativa de crescimento, apesar de orçamento enxuto

Valter Nogueira atestou que, apesar da entidade ter superado as projeções de crescimento, a previsão orçamentária de 2015 é quase R\$ 200 mil menor do que a do ano passado.

O presidente detalhou as despesas previstas para os setores administrativo (que inclui gastos com funcionários), Jurídico e para as campanhas e mobilizações da categoria. E mostrou o orçamento que será destinado a cada departamento do sindicato, no Planejamento Estratégico.

O dirigente declarou que a projeção de crescimento para o ano corrente é de 2%. Apesar de a verba orçamen-

tária estar mais enxuta, Valter afirmou que é esperado o aumento das sindicalizações no TRT1, já que agora a diretoria tem espaço para participar da semana de ambientação dos recém-empossados, além de diretores que lá trabalham. Até o ano passado, isso somente acontecia nas justiças Federal e Eleitoral. O presidente ressaltou que o Sisejufe é o único sindicato da base da Federação que tem apresentado crescimento no número de sindicalizações.

#### Sede Campestre

Valter destacou que no ano passado o sindicato direcionou R\$ 495 mil reais para investimentos na Sede Campestre, como melhorias e construção de novas suítes. Acrescentou que a demanda tem sido grande para o uso sede, mas as receitas cobrem praticamente os custos operacionais.

Depois que as contas de 2014 e o orçamento de 2015 foram aprovados, por unanimidade, Valter Nogueira concluiu a assembleia passando informes sobre as últimas notícias políticas e jurídicas da categoria.



Sindicalizados aprovam por unanimidade as contas de 2014

\*Da Redação.

# DAP: luta permanente de integração de aposentados e pensionistas

**Por dentro do Sisejufe** Participação em projetos oferece aos aposentados e pensionistas a atualização política e social

Tais Faccioli\*

Para garantir um atendimento ágil e eficiente aos sindicalizados, o Sisejufe divide suas atividades em núcleos e departamentos. A partir de agora, no Contraponto, o sindicalizado saberá quais são os propósitos e desafios de cada um desses setores. Nessa edição, apresentamos o Departamento de Aposentados e Pensionistas (DAP).

## Um pouco da história do DAP

O Núcleo de Aposentados e Pensionistas – NAP, remonta à criação do próprio Sisejufe. Mas desde 2011, e em decorrência da participação efetivas de seus componentes nas inúmeras atividades, tanto no Sisejufe, quanto na Fenajufe, o antigo Núcleo de Aposentados e Pensionistas (NAP) foi transformado em Departamento de Aposentados e Pensionistas (DAP).

O DAP tem o objetivo de ser um fórum permanente no qual aposentados e pensionistas possam se reunir para discutir assuntos de seu interesse, quer de lutas, de saúde, de ações judiciais, como de lazer e entretenimento. Para tal, mantém uma agenda fixa de reuniões, que são realizadas em todas as últimas terças-feiras do mês, a partir das 15 horas, na sede do sindicato.

“Nesses encontros mensais, contamos com a presença da advogada Aracéli Rodrigues que atualiza o andamento das ações de interesse dos aposentados e pensionistas e esclarece as dúvidas porventura existentes. Temos, sempre, a preocupação de convidar palestrantes que abordem temas relativos à Terceira Idade. Encerramos as reuniões com um lanche e comemoramos os aniversariantes do mês”, explica Lucilene Lima, que acaba de passar a coordenação do DAP para o diretor Denison Ramos.



O DAP é um fórum permanente de aposentados e pensionistas

**“Nossa principal meta é manter a periodicidade dos aposentados e pensionistas nas atividades mensais do DAP e ampliar o número de participantes”**

### Preocupação com a saúde

Por solicitação do DAP, foi ativado o programa “Para Viver Melhor” da Unimed, que visita, na residência, usuários do plano de saúde do Sisejufe. Também foi criada a “Semana da Saúde”, em parceria com o Departamento de Saúde do sindicato, ocasião em que profissionais da área de saúde da Unimed medem pressão e fazem testes de glicose. O fisioterapeuta Antonio Carlos, com atividades físicas, faz os aposentados e pensionistas com atividades específicas, praticarem exercícios.

### Parcerias com entidades

Lucilene destaca também que as parcerias com entidades sindicais e de aposentados tem sido estratégicas. “Estamos junto ao Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas (Mosap), e de dezenas de entidades do serviço público federal, na luta pela aprovação da PEC 555/2006, que visa acabar

com a cobrança de contribuição previdenciária para servidores aposentados. O DAP esteve presente, por exemplo, em todos os encontros nacionais promovidos pelo Mosap, bem como em reuniões em Brasília e visitas aos gabinetes dos deputados, levando material e solicitando que os mesmos solicitem a inclusão em pauta do desse pleito. Além disso, participa da “Frente Rio” para a PEC 555”, acrescenta a diretora do Sisejufe.

Isso permite ao que Lucilene aponta como intercâmbio político e social. Segundo ela, para que aposentados e pensionistas não se distanciem dos assuntos que lhes digam respeito, é vital a participação em projetos que lhes ofereçam estar sempre atualizados com o panorama político e social. O fato de se organizarem em seus sindicatos lhes permitirá essa condição e, além disso, lhes dará a oportunidade de estar em contato com colegas que viveram suas mesmas

experiências e que hoje, juntos, muito ainda poderão melhorar a sua qualidade de vida, quer em eventos socioculturais, quer nas lutas permanentes para garantir suas conquistas.

### Composição da equipe do DAP

O departamento é composto pelos servidores aposentados e pensionistas sindicalizados ao Sisejufe e pelos diretores Amaro Faustino, Denison Ramos, Francisco Costa, Lucilene Lima, Neli Rosa, Olker Pestana e Roberto Motta.

O departamento funciona com uma coordenação-geral, que se encarrega de manter contato com os sindicalizados através de lista do grupo de e-mail, para os que têm endereço eletrônico cadastrado, atualizando os informes, e, quando necessário, por telefone e correspondência via Correios.

### Pensando no futuro

“Nossa principal meta é manter a periodicidade dos aposentados e pensionistas nas atividades mensais do DAP e ampliar o número de participantes. Pretendemos intensificar a comunicação com os aposentados e pensionistas, abrindo novos canais com as mídias sociais, e estreitar nossas relações com

outras categorias para discussão de pauta comum”, afirma a diretora do DAP.

### Aproximação com o mundo tecnológico

Um dos projetos de grande êxito do DAP é o curso de Informática, criado em julho de 2012. Ele conta, atualmente, com cerca de 40 participantes e divide-se em módulos, como Introdução à Informática, Navegação na Internet, Download de Arquivos e Redes Sociais.

“No contato com os aposentados e pensionistas, percebemos que uma grande maioria não tinha conhecimento básico de Informática, tão importante para os dias de hoje. Perseguimos a ideia até encontrar uma pessoa que tivesse um método que se adequasse à Terceira Idade e que fosse suficientemente habilidosa no trato pessoal. O curso engloba as dúvidas gerais e necessidades do dia a dia dos participantes referentes à Informática e é ministrado para até três pessoas por hora. Isso permite um melhor acompanhamento e uma pontual atenção para cada participante”, aponta Lucilene Lima.

\*Da Redação, com informações do DAP.

# Vitória: PL 7920 é apro

**Reajuste Salarial** Movimento dos servidores do Judiciário Federal intensificou suas articulações e su

Tais Faccioli e  
Fortunato Mauro\*

**A**pós intensa negociação com os deputados Alessandro Molon, Erika Kokay, Luiz Sergio, Paulo Rocha e Luis Couto, o PL 7920, de reajuste dos servidores do Judiciário Federal, foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara (CCJC), na quarta-feira, dia 25 de março.

O relator do projeto, deputado Arnaldo Faria de Sá, conseguiu inverter a pauta e votar o PL antes da suspensão da sessão.

O presidente do Sisejufe, Valter Nogueira Alves e os diretores Denison Vieira, Fernanda Lauria e Marcelo Neres acompanharam a votação e, antes do início da sessão, eles precisaram fazer as últimas articulações para garantir a aprovação do projeto, no que obtiveram êxito, significando uma grande vitória da categoria judiciária em conjuntura desfavorável ao movimento.

Segundo Valter Nogueira, a vitória, nessa etapa do movimento dos trabalhadores, se deu em função da “persistência dos servidores do Judiciário Federal, que nesses últimos meses intensificaram as articulações e ações tanto na esfera do Judiciário quanto da Câmara, entendendo que somente com a permanente



Fotos: Joana D'Arc/Fenajufe

Dirigentes do Sisejufe e de outros sindicatos da categoria comemoram a vitória na Câmara dos Deputados

mobilização conseguiríamos arrancar a vitória que se confirmou na tarde do dia 25 de março, na CCJC da Câmara dos Deputados”. Para o dirigente, “o momento é de intensificar ainda mais as articulações dentro do período de cinco sessões e trabalhar incessantemente para que o governo não consiga as assinaturas necessárias para levar o PL ao plenário da Câmara. Caso isso ocorra, vamos derrotar o governo também no plenário. Se não houver recurso, o PL vai para trâmite na CCJ do Senado, onde a batalha continua”.

## Semana decisiva

Na semana anterior à aprovação do PL 7920 na CCJC, os diretores Valter Nogueira Alves e Edson Mouta fizeram corpo a corpo com vários parlamentares membros da CCJC, articulando o voto pela aprovação do PL. Como resultado, garantiram apoio de PT, PR, PTB, PP, PROS, PDT, PSDB, PSD, PRB e DEM. Na sexta-feira, 20 de março, o presidente do Sisejufe conversou com o deputado Alessandro Molon, em seu gabinete no Rio de Janeiro. O parlamentar se comprometeu a conversar com a bancada do PT na CCJC para

ajudar no andamento do projeto.

Os representantes do Sisejufe também acompanharam a aprovação do Orçamento, que ocorreu durante a noite de terça-feira, 17 de março. Apesar das diversas intervenções em Plenário que trouxeram apoio ao PL 7920, não houve inclusão de recursos na LOA de 2015 para o projeto de reajuste dos servidores do Judiciário ou mesmo do funcionalismo público federal em geral.

Por isso, a aprovação definitiva do PL permitirá dois cenários. O primeiro seria a busca por suplementação orçamentária na LOA de 2015. O segundo seria a posterior inclusão na PLOA de 2016. A aprovação de um projeto nesses moldes não é novidade. Em 2006 o PCS 3 foi aprovado sem que houvesse

nenhuma previsão orçamentária na LOA e a implementação foi garantida através de crédito suplementar posteriormente.

Segundo Valter Nogueira, a aprovação do projeto leva para o exercício orçamentário seguinte (PLOA de 2016) a necessidade de garantir os recursos para a implantação do projeto de lei. Nesse caso, os servidores receberão em 2016, após a implementação da Lei, o pagamento da nova tabela com a parcela retroativa a junho de 2015.

Com a aprovação garantida na CCJC, agora o PL7920 somente precisará ser votado no Plenário da Câmara se sofrer alteração no parcelamento. Uma vez aprovado também na CCJC do Senado, segue para sanção da presidente



Valter Nogueira, presidente do Sisejufe, articula com parlamentares a aprovação do PL 7.920 na CCJC

**A vitória, nessa etapa do movimento dos trabalhadores, se deu em função da “persistência dos servidores do Judiciário Federal que nesses últimos meses intensificaram as articulações e ações tanto na esfera do Judiciário quanto da Câmara**

# vado na Câmara Federal

as ações e com permanente mobilização conseguiu arrancar a vitória na tarde do dia 25 de março

Dilma Rousseff. Acredita-se que ela não vete o PL, já que, se essa fosse a sua intenção, teria instrumentos de inviabilizar o seu trâmite por dentro das próprias comissões, sem a necessidade de se desgastar ainda mais politicamente com o veto.

## Relatório favorável ao PL 7920

Conforme prometeu às direções do Sisejufe, do Sindjus-DF e da Fenajufe, declarando publicamente na reunião da CCJC do dia 19, o deputado Arnaldo Faria de Sá apresentou relatório favorável ao reajuste dos servidores do Judiciário Federal.

Faria de Sá também informou aos diretores do Sisejufe que tem conversado com o senador Romero Jucá para acelerar a tramitação da matéria no Senado. Inclusive, explicou que já deixou registrado, durante a votação da LOA 2015, que é necessário criar crédito suplementar para garantir o PL 7920, uma vez que ele já conta com parcelas para serem pagas em 2015.

Para Roberto Ponciano, dirigente da Fenajufe e representante de base do Sisejufe que atuou junto com o Sindjus-DF para que o deputado Arnaldo Faria de Sá fosse o relator do projeto, “a aprovação do relatório na CCJ

abre a possibilidade de pressionar o governo no acordo para que sejam destinados recursos no orçamento”.

## Esforço de articulação também no STF

Em mais um esforço de articulação para incluir os recursos destinados ao reajuste salarial dos servidores do Poder Judiciário Federal e do Ministério Público da União (MPU), ainda em fevereiro, diretores da Fenajufe se reuniram com a ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) para tratar da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 326, cuja autora é a entidade nacional dos servidores do Judiciário Federal, com a qual reivindica que no Projeto de Lei Orçamentária Anual 2015 (PLOA) haja a obrigatoriedade da inclusão da totalidade da previsão orçamentária para os órgãos do Poder Judiciário Federal e do MPU.

A ministra informou aos dirigentes da federação que submeteria a ADPF à apreciação do Plenário da Suprema Corte com o intuito de pacificar e consolidar a questão e que, se houvesse entendimento favorável à obri-



Mais um momento de comemoração pela aprovação da PL na Câmara Federal

gatoriedade de inclusão, ficaria pacificada a matéria vinculando os próximos orçamentos anuais.

A ADPF está com a ministra relatora Rosa Weber, que já havia emitido liminar favorável e que até então o governo não cumpriu. Novamente, na quarta-feira, dia 18 de março, a Direção da Fenajufe se reuniu com a ministra Weber na expectativa de fazer valer o que dispõe a liminar.

## Servidores do Rio de Janeiro marcharam em Brasília

Na perspectiva de pressionar o Poder Executivo e, ao mesmo tempo, o Poder Judiciário, em 3 de março os sindicatos do Rio

**Com a aprovação garantida na CCJC, agora o PL somente precisará ser votado no Plenário se sofrer alguma alteração. Uma vez aprovado na CCJC do Senado segue para sanção da presidente da República**

de Janeiro e de Brasília, o Sisejufe e o Sindjus-DF, além de outras entidades, levaram servidores do Judiciário Federal às ruas de Brasília para o que chamaram de “Marcha da Indignação”. O protesto teve o objetivo de pressionar os Três Poderes para garantir a inclusão do orçamento integral do Poder Judiciário no PLOA e denunciar a desvalorização da categoria judiciária e do tratamento diferenciado entre servidores e magistrados.

A categoria fez uma passeata por pontos turísticos da capital federal e sedes dos Poderes da República para chamar a atenção quanto a indignação da categoria pela falta de negociação na inclusão de recursos para o PL 7.920 na PLOA.

Nos estados, os servidores também participaram do protesto, segundo recomendação de que os servidores trabalhassem vestindo roupas pretas para mostrar que não estão satisfeitos com a situação, como foi o caso dos servidores da Justiça Federal em São Gonçalo.

## Movimento solicita reunião com secretário-geral da Presidência

Na tarde do dia 5 de março as direções do Sisejufe e da Fenajufe entregaram uma carta – “Solicitação de Audiência” – ao ministro Miguel Rosseto, secretário-geral da Presidência da República, solicitando a sua intervenção junto à presidenta Dilma Rousseff para garantir a aprovação do PL 7.920/2014 e do PL 7.919/2014 que tratam da reposição salarial dos servidores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União.

O ministro recebeu a carta contendo um detalhamento sobre os impasses da negociação da reposição salarial e garantiu receber os representantes do Sisejufe e da Fenajufe em reunião para tratar das solicitações constantes na carta, que diz respeito à efetivação da negociação com a inclusão dos recursos orçamentários necessários para aprovação dos PL em questão.

\*Da Redação, com informações das imprensas Sindjus/DF e Fenajufe e agências Senado e Câmara.

## Presidentes dos TRT aprovam moção de apoio a recomposição de salários

Fortunato Mauro\*

O Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais do Trabalho do Brasil (Coleprec) aprovou, por unanimidade, uma moção de apoio a recomposição dos salários dos servidores do Poder Judiciário Federal. A moção foi apresentada pelo presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (TRT13/PB), desembargador Ubiratan Delgado, no encerramento da pri-

meira reunião do colegiado desse ano, que aconteceu em Brasília.

Os presidentes e corregedores decidiram encaminhar a moção a todos os deputados federais e senadores e aos presidentes dos tribunais superiores. O documento explicita a necessidade e a urgência da recomposição salarial dos servidores.

Na semana passada, um encontro para tratar das carreiras de servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União (MPU) reuniu no TRT13

os deputados federais Wilson Santiago Filho (PTB/PB), Efraim Moraes Filho (DEM/PB), Hugo Motta (PMDB/PB) e Manoel Júnior (PMDB/PB) com representantes das instituições.

A moção aprovada pelo Coleprec será enviada para todos os deputados federais e senadores.

\*Da Redação, com informações da Assessoria de Comunicação Social do TRT13

# Não há impedimento para quitação de passivos do reenquadramento

**Reenquadramento** Orçamento de 2015, que acaba de ser aprovado, já tem recursos previstos

**A reivindicação do Sisejufe, de aumentar para R\$ 5 mil o limite de pagamento dos passivos foi atendido. Antes o teto era para pagamento de até R\$ 2 mil**

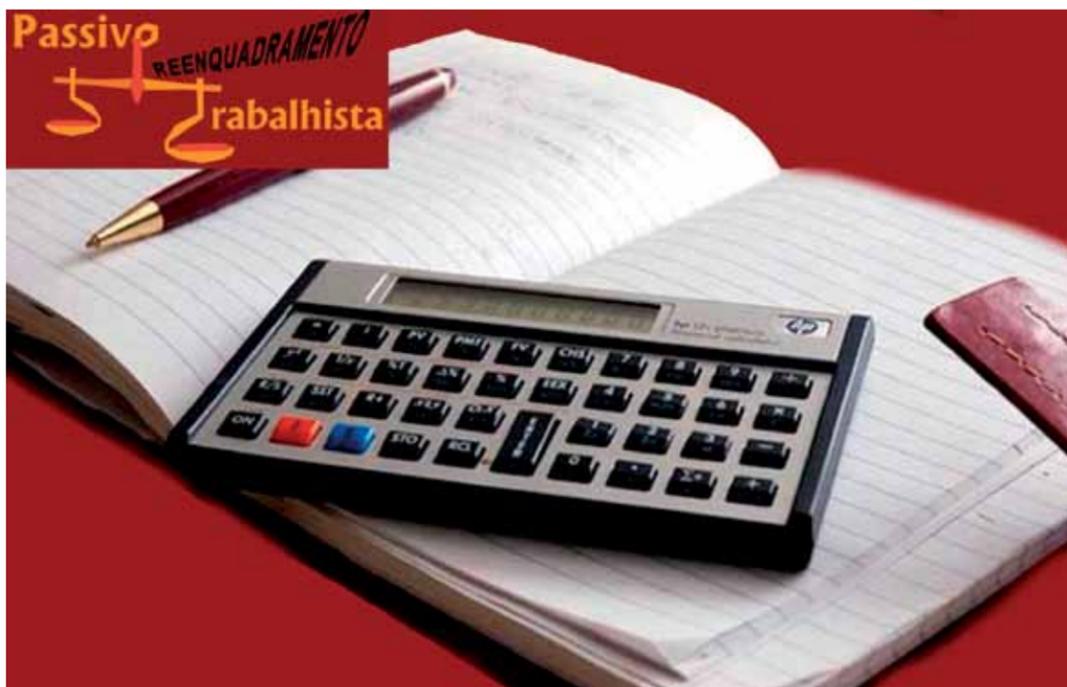
Os servidores da Justiça Federal que têm passivos de reenquadramento acima de R\$ 5 mil reais para receber podem ter a dívida quitada em abril. Embora o Conselho da Justiça Federal (CJF) ainda esteja fazendo estudos orçamentários para viabilizar o pagamento com as sobras orçamentárias de 2014, o Orçamento de 2015, que acaba de ser aprovado no Congresso Nacional, já tem recursos previstos para a completa quitação desses passivos. Por isso, não há mais nenhum impedimento para que o pagamento seja autorizado.

#### Entenda o caso

Devido à falta de previsão orçamentária para pagamento dos valores integrais de reenquadramento no exercício de 2014, a Direção do Sisejufe tomou uma série de medidas políticas e jurídicas, para garantir a quitação do passivo. Segundo Valter Nogueira, diretor-presidente do Sisejufe, mesmo o Conselho da Justiça Federal (CJF) tendo

se empenhado e cobrado da Secretaria de Orçamento Federal (SOF-MPOG) a liberação de verba para o pagamento dos atrasados, o governo não atendeu às solicitações com argumento de que não havia previsão orçamentária no ano passado. “Foi então que, primeiramente, houve a quitação dos valores que não ultrapassavam R\$ 2 mil. Depois a mudança da resolução elevou o limite para R\$ 5 mil, por requerimento do Sisejufe, já que no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) esse valor já era praticado”, afirmou o dirigente.

Atendendo ao requerimento formulado pelo Sisejufe, o CJF aumentou para R\$ 5 mil o limite de pagamento de passivos. A Resolução 324, de 19 de novembro, do CJF alterou a redação do § 3º do Artigo 13 da Resolução CF-RES-2012/00224, de 26 de dezembro de 2012, que trata o assunto. Antes da alteração, o teto para o pagamento de passivos estava limitado em R\$ 2 mil. A resolução foi publicada no



Diário Oficial da União (DOU) de 25 de novembro. Com a alteração, o sindicato encaminhou requerimento ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) reivindicando que os valores dos

passivos até R\$ 5 mil fossem pagos ainda no ano passado.

Com a alteração, os órgãos da Justiça Federal pagaram o reativo do reenquadramento remanejando verbas de seu próprio

orçamento sem ter necessidade de solicitar crédito suplementar à SOF-MPOG. O argumento do sindicato era de que o teto de R\$ 5 mil fora adotado em janeiro de 2013 pelo próprio MPOG.

## IRPF 2014: comprovantes de gastos com saúde estão disponíveis

O demonstrativo de gastos com saúde do ano 2014 para fins de Declaração de Imposto de Renda está disponível para os sindicalizados usuários do plano de saúde Unimed pelo Sisejufe. Para ter acesso ao documento, acesse o site da Qualicorp

(<http://www.qualicorp.com.br/qualicorp/>), administradora do convênio Sisejufe/Unimed.

Na página da empresa, basta digitar o CPF e a data de nascimento do titular do convênio ou do agregado e imprimir o comprovante com os valores pagos das mensalidades do

plano Unimed.

Para alterações ou havendo divergência de valores no documento, entre em contato com a Qualicorp pelo telefone (21) 4004-4400, opção “Falar com o atendente”.

Da Redação.



## PÓS-GRADUAÇÃO EAD

Faça sua Pós-Graduação em parceria com a UCAM com as vantagens oferecidas pelo seu sindicato!



Pós Graduações EAD nas áreas de Direito, Educação e Gestão.

# Projetos são desarquivados no Congresso Nacional

**Terceirização** A luta das centrais sindicais evitou a votação do projeto

**PL 4.330/2004, permite a Terceirização até na atividade-fim e pode ser votado na Câmara Federal em abril. Entidades sindicais se unem na luta contra eles**



Tais Faccioli\*

Projetos de lei que tem por objetivo regulamentar a Terceirização – combatida por entidades sindicais por comprometer os direitos dos trabalhadores – ressurgem no Parlamento. A pedido do empresário e deputado federal Laércio Oliveira (SD/SE), o PL 4.330/2004, de autoria do também empresário e ex-deputado Sandro Mabel (PMDB/GO), foi desarquivado. O texto permite a terceirização em todos os setores, inclusive nos de atividades-fim. E o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB/RJ), já afirmou que colocará o texto em votação, possivelmente no dia 7 de abril.

No Senado, a bancada do PSDB também pediu o desarquivamento do PLS 87/2010, de autoria do ex-senador Eduardo Azeredo (PSDB/MG), com conteúdo semelhante. “Os projetos de Terceirização que tramitam tanto na Câmara dos Deputados como no Senado são os mais agudos ataques que a classe trabalhadora já sofreu, pois destroem não apenas os empregos e os direitos, mas a própria noção social do traba-

lho”, afirma Marcello Azevedo, membro do Grupo de Trabalho Nacional contra a Terceirização da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e secretário de Relações de Trabalho da Central, no Rio de Janeiro.

## Cartilha contra a Terceirização

A CUT lançou no último dia 3 de março uma cartilha contra a Terceirização, no Salão Nobre da Câmara dos Deputados, em Brasília. O representante de base do Sisejufe e coordenador da Fenajufe, Roberto Ponciano participou do ato, que também contou com a presença da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB). O documento “Terceirização e desenvolvimento: uma conta que não fecha”, feito em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), é um dossiê que atualiza o material que a CUT havia divulgado em 2011.

“A luta da CUT e das demais centrais sindicais contra a Terceirização evitou a votação do projeto na legislatura passada, com várias idas ao Congresso. Ano passado estive aqui nessa Casa, quase numa batalha campal, para evitar a aprovação

## “A luta da CUT e das demais centrais sindicais contra a Terceirização evitou a votação do projeto na legislatura passada

desse projeto que somente beneficia os empresários e desregulamenta o direito do trabalho. Devemos continuar vigilantes e na luta. Essa cartilha ajuda na formação dos trabalhadores para esta luta”, afirma Roberto Ponciano.

## Dossiê da Terceirização

O dossiê demonstra que a ampliação desse modelo de contratação, como querem muitos empresários, representa uma “tragédia social para o Brasil e para um segmento formado por 12,7 milhões de trabalhadores, o equivalente a 26,8% do mercado de trabalho”. Segundo o estudo, tais números podem estar subestimados, pois parte considerável dos trabalhadores está alocada na informalidade.

O salário médio do trabalhador terceirizado foi 24,7% menor que o do trabalhador direto em 2013. Já em relação à jornada de trabalho, o dossiê ressalta que os terceirizados cumprem uma jornada de três horas a mais semanalmente.

## Trabalho escravo entra no estudo

O trabalho escravo também é abordado no documento. Segundo o pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (Cesit), da Unicamp, Vitor Filgueiras, “dos dez maiores resgates de trabalhadores em condições análogas à de escravos no Brasil, entre 2010 e 2013, em 90% dos flagrantes, os vitimados eram terceirizados.”

No Supremo Tribunal Federal (STF), tramitam três ações sobre o tema. A primeira, a repercussão geral ao processo da empresa Cenibra (Celulose Nipo-brasileira), foi declarada pelo ministro Luiz Fux após ter sido negada.

Nesse caso, a Cenibra foi condenada a pagar R\$ 2 milhões em uma ação civil pública do Ministério do Trabalho, em 2006, por terceirizar toda a cadeia produtiva, inclusive a atividade-fim, medida considerada ilegal no país. Com a repercussão geral não é mais a questão

específica da companhia que está em julgamento, mas sim se a terceirização da atividade-fim será permitida.

O Supremo deverá julgar a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 324, da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), e o Agravo de Recurso Extraordinário (ARE) 791.932, de empresas de Telecomunicações sobre a terceirização de call centers. Apesar do nome complexo, a alegação de ambos os processos é bem simples: restringir a Terceirização é limitar a liberdade de contratação.

Além de ingressar com amicus curiae - um pedido para contribuir com informações para o julgamento - no caso da Cenibra e preparar intervenção junto à ADPF, por serem os casos mais próximos da decisão, CUT, Força Sindical, Nova Central e CTB também cobram do ministro Fux a realização de uma audiência pública.

\*Da Redação, com informações da Imprensa Fenajufe e da CUT.

# Lei e jurisprudência não permitem retirada de incorporações de Quintos

**Funções Comissionadas** STF decide contra, mas servidores devem continuar a receber

Tais Faccioli\*

Os servidores que recebem os quintos há mais de cinco anos devem continuar a recebê-los, declara a assessoria jurídica do Sisejufe, com base no artigo 54 da Lei 9.784, de 1999, que estabelece a decadência do direito de anular da Administração. Apesar do Supremo Tribunal Federal (STF) ter decidido por seis votos a três, na quinta-feira, 19 de março, pela inconstitucionalidade da incorporação das funções comissionadas e cargos em comissão (os chamados Quintos) entre 8 de abril de 1998 e 4 de setembro de 2001, essa decisão não pode afetar a decadência.

O julgamento no STF, que foi acompanhado pelo presidente do Sisejufe, Valter Nogueira Alves e pelo diretor Edson Mouta, começou com a sustentação oral do advogado-geral da União sucedido pelos advogados Sepúlveda Pertence, Rudi Cassel (do Sisejufe) e Ibaneis Júnior, representando as entidades admitidas como “amici curiae”, essas, defensoras da prorrogação da incorporação de Quintos de função comissionada até setembro de 2001.

## O que, de fato, decidiu o Supremo?

Em resumo, o STF decidiu que não é devida a incorporação entre o período supra citado. Como consequência, os processos de conhecimento em andamento terão o mesmo destino. No entanto, em relação aos servidores do Poder Judiciário Federal, há peculiaridades que devem ser levadas em consideração: primeiro, que a Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI) decorrente dos Quintos de função comissionada foi incorporada à remuneração dos servidores após sucessivas decisões administrativas dos órgãos judiciários superiores há mais de cinco anos.



Foto: Fábio Rodrigues Pozzebom/Ag.Br

Plenário do STF decide pela inconstitucionalidade dos Quintos, mas servidores que recebem há mais de cinco anos continuarão a receber

Em razão disso, o pagamento mensal não pode ser revertido porque sobre ele incide o artigo 54 da Lei 9.784, de 1999, que estabelece a decadência do direito de anular da Administração. O mesmo pode ser defendido em relação aos passivos administrativos ainda pendentes, decorrentes desses mesmos atos; segundo, o STF afirma, em outras oportunidades, que o julgamento de recurso extraordinário não afeta as execuções em andamento, ou seja, não torna sem efeito o título judicial transitado em julgado, pois apenas os processos em fase de conhecimento que subiriam ao STF são atingidos.

É claro que a Advocacia Geral da União (AGU) tentará suspender as execuções, invocando o artigo 741, parágrafo único, do Código de Processo Civil [cuja constitucionalidade é duvidosa e tem sido alvo de várias críticas de juristas e magistrados], afirmando que após decisão sobre a inconstitucionalidade da interpretação judicial que dá Quintos até 2001 não há título judicial válido. A matéria será debatida na fase de execução e será decidida sob essa perspectiva, o que dependerá da dialética processual.

## No que votaram os ministros?

Após uma década de incorporações reconhecidas administrativa e judicialmente, com centenas de acórdãos favoráveis do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre o mérito (e do STF que não apreciava a matéria), a Corte Constitucional julgou o Recurso Extraordinário nº 638115 com repercussão geral reconhecida.

Dada a polêmica apreciação de questão que não está afeta à competência da última palavra constitucional, os ministros Luis Fux, Rosa Weber, Cármen Lúcia e Celso de Melo não conheceram da matéria discus-

tida [incorporação de Quintos entre 8 de abril de 1998 e 4 de setembro de 2001, por força da MP 2.225-45/2001], mas foram vencidos por cinco ministros: Gilmar Mendes, Teori Zavaski, Dias Toffoli, Marco Aurélio e, em voto de desempate, Ricardo Lewandowski.

Com argumentos que subvertem a história jurisprudencial do tema e o papel da Suprema Corte até então estabelecido, a fase de conhecimento foi ultrapassada e, no mérito, por seis votos a três, o recurso extraordinário da União foi provido. A favor dos servidores, votaram Fux, Cármen Lúcia e Celso de Melo.

Contra: Gilmar, Teori, Rosa Weber, Toffoli e Lewandowski.

Em modulação dos efeitos da decisão, por maioria, decidiram que nenhum valor recebido precisa ser devolvido, mas as parcelas futuras poderiam ser cortadas (assim como eventuais passivos administrativos ainda pendentes). Votou vencido o ministro Marco Aurélio, que exigia até a devolução dos valores recebidos de boa-fé.

\*Da Redação, com informações de Rudi Cassel, da assessoria jurídica do Sisejufe

## Auxiliares Judiciários

### CJF deve julgar processo de reenquadramento no dia 27 de abril

O processo de reenquadramento dos auxiliares deve ser apreciado na próxima sessão do Conselho da Justiça Federal (CJF), marcada para o dia 27 de abril. O julgamento estava na pauta do dia 9 de março mas não foi votado pelo fato de a ministra Laurita Vaz, que havia feito pedido de vista na sessão anterior, não

ter comparecido, posto que foi homenageada no Palácio do Planalto, em celebração ao Dia Internacional da Mulher.

A Fenajufe e o Sisejufe defendem a isonomia entre os servidores considerando que o reenquadramento da Justiça do Trabalho beneficiou aqueles que ingressaram até 1996 no serviço público.

As entidades buscam avançar nesse posicionamento para contemplar os servidores que ingressaram até a integralização da Lei 9.421/1996 (PCS 1), ou seja, dezembro de 2000.

Da Redação, com informações da Imprensa Fenajufe.

# Isonomia é aprovada na CCJ

**Chefes de Cartório** Após intensa negociação do Sisejufe, PL 7.027 segue para o Senado

Tais Faccioli\*

O PL 7.027/2013, que prevê a isonomia dos chefes de cartórios da Justiça Eleitoral, foi votado dia 11 de março e aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados, em Brasília. O projeto seguiu para apreciação no Senado.

O PL era o 10º item da pauta na CCJC, mas, tanto o Sisejufe quanto a Fenajufe conseguiram ratificar o pedido de inversão de pauta feito anteriormente pelo sindicato do Rio que, na pessoa de Roberto Ponciano, dirigente da Fenajufe e representante de base do Sisejufe, conseguiu realizar a inversão de pauta e todo o desfecho da votação.

A inclusão do PL na pauta foi garantida, após intensa ação do Sisejufe, tendo as diretoras Fernanda Lauria e Neli Costa Rosa trabalhado para, na véspera da votação, dia 10, a sua inclusão na pauta da CCJC. A delegação do sindicato protocolou um ofício – que também foi entregue nas mãos do presidente da CCJC, deputado Arthur Lira PTB/SP – pedindo a adição do PL na pauta. Reivindicação essa que foi aten-



Fernanda Lauria, do Sisejufe, debate com presidente da CCJC, deputado Arthur Lira

## A inclusão do PL na pauta foi garantida, após intensa ação do Sisejufe

dida através de requerimento do deputado Max Filho (PSDB/ES).

### Ofício explica importância de promover isonomia

No ofício que foi entregue ao parlamentar, o Sisejufe explica que os servidores do TRE/RJ aguardavam a aprovação do Projeto de Lei nº 7.027/2013, que cria cargos efetivos e funções comissionadas nos quadros de

personal dos TRE, destinados às zonas eleitorais e transformadas em funções de chefes de cartórios, apresentado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e que chegou ao Congresso Nacional, em 20 de dezembro de 2013.

O documento ressaltou que o projeto corrige grave distorção remuneratória no tratamento entre servidores da Justiça Eleitoral que, ocupando chefias de

cartórios nas cidades do interior, recebem funções gratificadas inferiores aos servidores que chefiam cartórios nas capitais.

O ofício destacou, ainda, que o PL já contava com parecer de mérito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que tramitou e recebeu parecer favorável nas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público e na de Finanças e Tributação e que tramitava na CCJC. Ressaltou, a Direção do Sisejufe, também, que a Justiça Eleitoral dispõe de recursos suficientes para suportar o impacto orçamentário decorrente do que foi

proposto. Além disso, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2014, em seu artigo 80, assegurou a dotação orçamentária à referida matéria.

### Entenda o PL 7.027

O projeto prevê a criação de 166 cargos de analistas e 166 de técnico judiciários, bem como as respectivas quantidades de FC-6 (chefe de cartório) e FC-1 (assistente), cargos e funções destinadas para aquelas zonas eleitorais criadas depois da Lei 10.842/2004. Além disso, 314 funções FC-4 e 2.559 funções FC-1 seriam transformadas em 2.873 funções FC-6 (a serem destinadas isonomicamente aos chefes de cartórios tanto da capital quanto do interior) e, por fim, seriam criadas 2.873 funções de nível FC-1 (destinadas aos assistentes de cartórios eleitorais).

Especificamente para o TRE/RJ seriam 56 vagas para analista judiciário, técnico judiciário, FC-1 e FC-6 (14 para cada), 97 FC-4 e 145 FC-1 seriam transformados em FC-6 (perfazendo 242), seriam criados 242 FC-1.

\*Da Redação.

## Corte Especial do TRF1 reconhece os 13,23%

### Diretoria do Sisejufe acompanhou julgamento em Brasília

Tais Faccioli\*

A Corte Especial do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), em Brasília, reconheceu, em julgamento na quinta-feira, 19 de março, por 10 votos a 5 votos, o direito aos 14,23% – e não de 13,23%, como erroneamente mencionado

em outras searas – e todos os processos referentes o índice que lá tramitam terão o mesmo destino.

A vitória foi fruto de muita negociação. A assessoria jurídica do Sisejufe acionou um conjunto de medidas complementares, desde o convencimento dos julgadores – com memoriais em cada gabinete –, até a preferência de pauta pela importância da matéria. O presidente do sindicato Valter Nogueira Alves e o diretor Edson Mouta acompanharam de perto as articulações feitas na semana que culminou na aprovação do pleito, para garantir a realização do julgamento no dia 19.

### Como foi o julgamento

Confirmando o acerto da estratégia adotada pela assessoria jurídica do Sisejufe de intervenção no Incidente de Inconstitucionalidade que tramita na Corte Especial do TRF1, o Sisejufe obteve vitória no processo nº 0004423-13.2007.4.01.4100 e uniformizou a posição do Tribunal, o que afetará todos os processos coletivos e individuais que aguardam julgamento, entre eles o do sindicato.

Somente as entidades assessoradas pelos advogados do sindicato fizeram intervenção no referido incidente, pois monitoravam a tramitação dia a dia e conseguiram se habilitar

no prazo fixado em edital da relatora. Com isso, tiveram legitimidade para demonstrar o acerto da tese a cada magistrado envolvido, distribuindo memoriais e pedindo preferência na pauta.

O paradigma julgado é fundamental, pois esse processo suspendia a tramitação dos demais que dependiam do seu resultado para obterem a mesma decisão. Na sessão, a desembargadora federal Neuza Alves – em longo e bem fundamentado voto – acolheu a arguição de inconstitucionalidade parcial do artigo 1º da Lei 10.698/2003, seguida da maioria absoluta da Corte Especial.

O processo do Sisejufe chegou antes ao TRF1 e teve negado o provimento da apelação, mas está com embargos declaratórios em que o fato novo – Incidente de Inconstitucionalidade – foi arguido e poderá reverter o resultado anterior. Além disso, o caso dependerá de forma uniforme do futuro pronunciamento do Supremo Tribunal Federal (STF) que, agora, passará a admitir os recursos extraordinários.

\*Da Redação, com informações da Assessoria Jurídica do Sisejufe.

# Uma vida dividida entre a Justiça e a Arte

**Prata da Casa** Júlio Probo se diz inventor do “Expressionismo Pop” e quer expor no CCJF

Tais Faccioli\*

Quem vê o técnico judiciário Julio Probo trabalhando competido na Seção de Benefícios (Seben) da Justiça Federal, da Almirante Barroso, nem imagina que por trás do servidor público, existe um talentoso artista plástico. Quando encerra o horário de expediente, Julio troca as tabelas de auxílio-alimentação, assistência médica e auxílio pré-escolar por telas, tintas e pincéis do pequeno ateliê improvisado no apartamento onde mora.

Desde a infância já gostava de fazer desenhos de personagens, mas há seis anos descobriu que o hobby poderia render mais do que elogios. “Quando eu mudei para o prédio no qual moro, pintei as paredes do apartamento com figuras de pessoas... Tudo muito colorido. Os amigos gostaram e me incentivaram a pintar em telas e divulgar o meu trabalho. Eu criei um blog com fotos, uma espécie de exposição virtual. Para minha surpresa, surgiram interessados

e eu comecei a vender as minhas criações”, conta Júlio.

O artista plástico afirma que não consegue se enquadrar em nenhum movimento artístico estabelecido: “Sou obcecado por personagens femininos. Minhas obras têm uma linguagem de cinema, pop arte, cores fortes. Criei um termo para definir minha arte: ‘expressionismo pop’. Não sigo nenhuma escola porque sou autodidata.”.

O servidor do Judiciário Federal no Rio até pensou em fazer um curso para aprimorar a técnica, mas foi desaconselhado. “Uma amiga que entende de arte me disse que eu poderia perder a espontaneidade. Então decidi continuar seguindo apenas minha intuição”, lembra Júlio, explicando, ainda, que a Arte ajuda a aliviar as tensões profissionais. “O trabalho na Justiça é muito massacrante e repetitivo. Se você não cuidar disso, vira uma máquina, faz as coisas sem pensar. A Arte me dá leveza, é meu combustível contra o estresse”, completa o pintor.

Ele confessa que muitos colegas de repartição já servi-

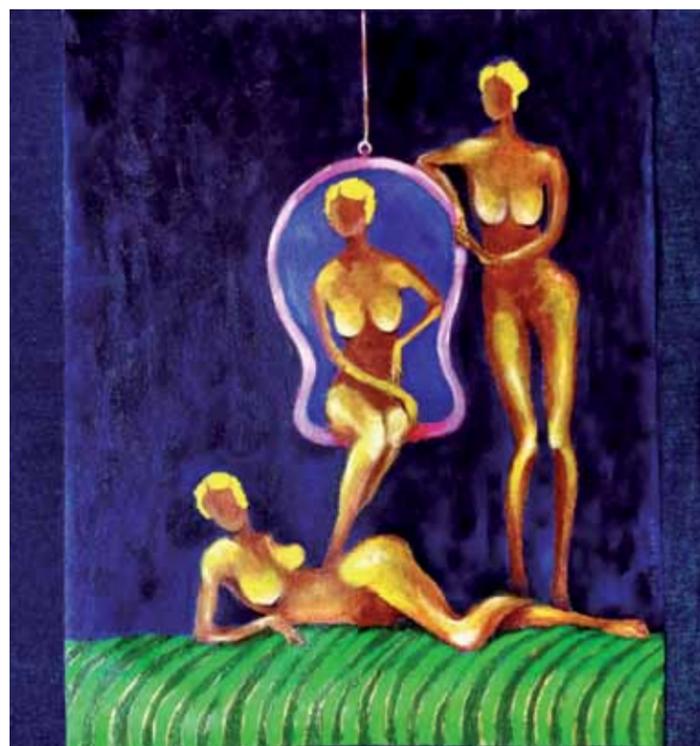


Fotos: Tais Faccioli

**“O trabalho na Justiça é muito massacrante e repetitivo. Se você não cuidar disso, vira uma máquina, faz as coisas sem pensar”.**

ram de inspiração: “A justiça é cheia de personagens. Mas é uma coisa inconsciente. Eu vejo uma pessoa, passo por outra, observo uma cena interessante e na hora que vou pintar todas essas imagens surgem na minha cabeça, influenciando meu processo de criação.”

O artista conta que fará, em abril, uma exposição, a convite de um amigo, em um centro cultural de Teresina, no estado do Piauí, sua terra natal. Selecionou 20 telas, revelando que adoraria trazer a mostra para o Centro Cultural da Justiça Federal, na Cinelândia, Centro da cidade. “Os colegas que já viram minhas telas se dizem impressionados. Imagina que bacana se eu conseguir realizar essa exposição aqui no Rio de Janeiro?”, sonha o artista-servidor.



**PRATA DA CASA** – Julio Probo é mais um personagem que o projeto “Prata da Casa” apresenta ao funcionalismo do Judiciário Federal no Rio. Uma iniciativa do Departamento de Cultura do Sisejufe, objetiva descobrir, divulgar e dar espaço aos servidores e servidoras que possuam talentos artísticos e literários fora do serviço público. Mande sugestões de novos entrevistados para o email: imprensa@sisejufe.org.br

\*Da Redação.

